

**DIAGNÓSTICO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL DAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO  
DE ESGOTO HOSPITALAR NO RIO GRANDE DO SUL**

Claudia Cristina Rohloff<sup>1,2</sup> e Rosaura Heurich<sup>1</sup> (orient.)

<sup>1</sup>Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler - FEPAM;  
<sup>2</sup>Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS; dinha\_rohloff@yahoo.com.br;  
rosaurah@fepam.rs.gov.br

Todas as atividades desenvolvidas nos serviços de saúde resultam na geração de diferentes tipos de resíduos sólidos e líquidos, com poluentes característicos associados a estes serviços. O impacto que estes resíduos causarão ao meio ambiente depende, basicamente, da forma como os mesmos são gerenciados intra e extra instituição. Objetivando realizar o diagnóstico do licenciamento ambiental das estações de tratamento dos resíduos líquidos (efluentes/esgoto) hospitalares no RS, foi realizado levantamento junto ao banco de dados da FEPAM das licenças ambientais solicitando tratamento de esgoto hospitalar. Bem como, foi realizado contato via ofício e telefônico com os municípios com convênio de delegação de competência, no qual a FEPAM transfere parte de suas atribuições, a fim de verificar a existência de alguma licença expedida. Também, foi realizada amostragem dos hospitais do RS para realização do diagnóstico através de questionário. Como resultados parciais, no âmbito do licenciamento realizado pela FEPAM, foi encontrada uma licença de operação vigente, uma solicitação de regularização de LO e outra solicitação de LI. Quanto aos Municípios conveniados apenas 16% responderam ao ofício, declarando não haver ETE hospitalar licenciada. Outros 16% declararam, após contato telefônico, que existe licença para hospitais, incluindo a ETE. Os questionários foram enviados para 13% dos hospitais do RS, dos quais 58,7% foram respondidos. Foram obtidas informações sobre os principais serviços oferecidos pelos hospitais, podendo-se especificar a partir daí alguns contaminantes característicos do seu efluente. Foram obtidos dados sobre a forma de descarte do efluente e que, em 14,8% dos hospitais existe separação dos efluentes para o descarte. Cerca de 7,41% dos hospitais que responderam o questionário declararam que possuem ETE. Cerca de 15%, até o momento, declararam que monitoram o efluente antes de descartá-lo. É possível concluir preliminarmente que existe pouca preocupação com o tratamento do efluente gerado nos hospitais do RS, uma vez que poucos possuem uma estação de tratamento. Isso, possivelmente, se deve ao fato que o licenciamento ambiental de hospitais atualmente é isento no âmbito estadual, fato que deve ser reavaliado. A ETE hospitalar, para ser planejada, deve considerar, que, na maioria dos casos, o hospital já está em funcionamento, e que o efluente deve ser tratado de forma unificada, utilizando-se tratamento terciário ou desinfecção.

(Apoio: CNPq/ FEPAM)